

Comunicado da Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas

Acontecimentos recentes comprovam que, oportunistas de direita e fascistas, bem como oportunistas de esquerda, depois de numa primeira fase isolados politicamente pelas massas estudantis, voltam novamente à ofensiva, aproveitando desta vez a aproximação de exames.

Na hora presente, múltiplas e complexas tarefas se colocam aos estudantes portugueses. Mas, ao mesmo tempo, amplas perspectivas se abrem, para que, com a firmeza e dedicação das massas estudantis, elas sejam rapidamente levadas à prática. O nosso povo alcança decididamente as bases para a construção de um regime democrático em Portugal. Empenhados em manter-se ao lado das massas populares na defesa, consolidação e alargamento das liberdades democráticas, na luta pelo fim da guerra colonial, na luta pela melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras, no firme prosseguimento do processo de democratização do nosso país, de uma forma viva e criadora, os estudantes lançam as bases para a construção de um ensino virado para a realidade nacional, intervindo na vida política ao levar à prática os objectivos das massas populares.

OS ESTUDANTES LANÇAM-SE DECIDIDAMENTE NA ACÇÃO!

A pesada herança do fascismo no terreno do ensino, há que contrapor desde já, reais transformações. Renunciando no essencial a qualquer tipo de imobilismo, os estudantes têm participado activamente na construção de uma escola nova, ligada à vida e interesses do povo português. Os problemas a resolver são, no entanto, complexos. Temos em mãos um ensino caótico, reaccionário, classista e desligado da realidade nacional, estruturado de molde a negar qualquer crítica ou participação estudantil, virado para servir exclusivamente os interesses monopolistas. Da actual situação política, decorre a viabilidade de que, especialmente no campo do ensino, se avancem passos decisivos na sua transformação. Em quase todas as escolas do país os estudantes, em colaboração com o sector progressista do corpo docente, participam na gestão das escolas, procedem ao saneamento das estruturas existentes, afastando todos aqueles que directamente colaboraram com o regime fascista, procedem a alterações dos métodos e conteúdo do ensino, dos métodos da avaliação de conhecimentos. Embora de forma irregular, e revelando ainda muitas deficiências, os estudantes reforçam as suas organizações estudantis e representativas — as Associações de Estudantes. A necessidade de estar à altura das responsabilidades que se nos exigem, do intervir massivamente e como um corpo organizado na vida política nacional, de participar na resolução dos principais problemas do país, torna imperioso e urgente dar vida à União Nacional dos Estudantes Portugueses — UNEP.

Há que prosseguir com vigor e audácia nesta via já encetada! A nível estudantil, a prossecução destes objectivos é condição indispensável para garantir, com êxito, a continuação do processo de democratização do nosso país. E a reacção sabe-o bem, ao actuar nas escolas de uma forma perfeitamente orquestrada com o que tenta fazer no exterior, quando por todas as formas tenta desviar os estudantes destes objectivos prioritários.

HÁ QUE CORTAR O PASSO A REACÇÃO!

Desde a primeira hora, fascistas tentaram semear a confusão e o caos nas escolas, através da sua paralisção e consequente afastamento dos estudantes dos seus locais de trabalho. Para isso utilizaram vários argumentos, desde «não haver condições para prosseguir qualquer actividade escolar», «ser necessário proceder a uma reestruturação global imediata, previamente a qualquer recomeço das actividades», até «não se poder pactuar com um ensino de classe».

Nestas actividades foram secundados pelos grupos verbalistas pseudo-revolucionários, que isolados pelas massas populares, desligados do processo democrático em curso, e com a irresponsabilidade que daí deriva, depois de numa fase inicial completamente isolados, hoje novamente investem nas escolas, tentando semear a confusão. Desta vez, o pretexto é o método de avaliação de conhecimentos.

A UEC não preconiza, de forma alguma, a manutenção dos exames tradicionais, pelo que eles representam de antipedagógico, classista, e na maior parte das vezes veículo de flagrantes injustiças.

A UEC defende a passagem administrativa naquelas cadeiras que, pelo seu conteúdo perfeitamente reaccionário e anticientífico, se justifica plenamente a sua abolição do actual ensino. Mas atenção! Há que não confundir a abolição de algumas cadeiras ou a passagem administrativa nelas, com a tentativa de instaurar a *passagem administrativa generalizada*, nada contrapondo aos antigos métodos de avaliação de conhecimentos (a apresentação de «trabalhos» realizados fora das escolas e com temas irrealistas, não consegue camuflar as intenções daqueles que os propõem).

Para conseguir este objectivo, numa acção concertada, vêem-se fascistas ao lado de pseudo-revolucionários. A sua acção vê-se facilitada pela falta de iniciativa e dinamismo por parte do MEC, ao não contrapor até agora medidas que vão de encontro aos anseios estudantis e representem soluções para os principais problemas de momento.

Este tipo de propostas suscita o apoio de alguns sectores estudantis, especialmente naquelas escolas onde o ensino era mais anacrónico e desligado da realidade nacional, tanto pelo conteúdo como pelos métodos pedagógicos, logo pouco motivador do interesse dos estudantes.

Se por um lado se compreende e se justifica o anseio dos estudantes em rapidamente concluírem os seus cursos, condição importante para uma estabilização social num tipo de sociedade como a nossa, isso de forma alguma pode justificar que os estudantes renunciem às responsabilidades políticas que lhes cabem no actual processo de transformação da sociedade.

Há que ter a maleabilidade suficiente para encontrar as justas soluções, que tenham em conta as condições objectivas de cada escola, e dentro desta de cada cadeira, as possibilidades de transformação dos métodos de aprendizagem, a consequente substituição dos métodos de avaliação de conhecimentos.

A UEC denuncia vigorosamente todas as manobras tendentes a generalizar a passagem administrativa, quando nada se contrapõe como alternativa, pelas reais intenções que elas comportam, pelo perigo que acarretam à continuação do processo democrático. Para além da clara intenção de procurar sem um mínimo de esforço obter um diploma, elas mais não visam senão afastar os estudantes das escolas, enviando-os já para férias, impedir a sua participação activa no processo de reconstrução de um novo ensino, contribuir para o caos nas escolas, criar o descontentamento social, cavar um fosso entre as massas estudantis e o movimento popular. E o exemplo das poucas escolas onde elas conseguiram vigorar, ou pela acção de estudantes ou de professores reaccionários, comprova plenamente esta posição.

Hoje aos estudantes coloca-se uma opção fundamental: ou põem acima de tudo os seus interesses pessoais (seguindo afinal os tradicionais métodos utilizados pelo fascismo de aliciamento com o «canudo»), ou integram-se na luta popular, barrando o caminho à reacção, lançando as bases para construção de um Portugal livre, pacífico e independente!

AVANCEMOS PARA NOVAS VITÓRIAS

A actual situação política, a sua complexidade e evolução irregular exige que, nem por momentos, os estudantes se desmobilizem, se afastem da resolução dos principais problemas do ensino, ou da participação na vida política nacional. As transformações a operar no ensino são, em grande medida, resultado da acção que nesse sentido desenvolverem as massas estudantis. Para isso há que continuar com firmeza o processo já iniciado, de reestruturação global do ensino. Há que ter a iniciativa de lançar desde já propostas concretas, de proceder a estudos sectoriais, em colaboração estreita com o corpo docente progressista, intervir activamente junto do MEC para prosseguimento das transformações democráticas do ensino.

A UEC saúda os passos dados pelas massas estudantis de proceder desde já a importantes alterações de métodos de ensino e de avaliação de conhecimentos. A substituição dos exames por cursos intensivos, apresentação de trabalhos, cursos livres, com a garantia de participação de todos os estudantes como condição necessária para a passagem do ano lectivo para — logo uma melhoria radical da aprendizagem — constituem uma justa solução para os métodos de avaliação de conhecimentos. No momento actual, em todas as escolas, mesmo persistindo os exames, há que opor uma firme barreira à tentativa de ultrapassar a reestruturação já iniciada.

Os estudantes comunistas, desde a primeira hora, souberam colocar-se à frente das massas estudantis, empenhando todas as suas forças e energias em concretizar nas escolas, os objectivos políticos dos estudantes, inserindo-os nos objectivos mais gerais do povo português. Com a autoridade que lhe é conferida como vanguarda do movimento estudantil, a UEC apela a todos os estudantes portugueses a lançarem-se audaciosamente na concretização das exaltantes tarefas que se nos colocam, para que, lado a lado com o povo português, avancemos na construção de um regime verdadeiramente democrático. ➡

Lisboa, 25 de Junho de 1974.

COMISSÃO CENTRAL

DA UNIÃO DOS ESTUDANTES COMUNISTAS